

As formas de controle e disciplina no trabalho pós-escravidão

Gracilda Alves, Gilberto Aparecido Angelozzi, Claudia Regina Amaral Affonso, Denise da Silva Menezes do Nascimento, Guilherme Antunes Jr., Gustavo Pinto de Souza, Inês Santos Nogueira, José Ricardo Ferraz, José Valdenir Rabelo Filho, Márcia Cristina Pinto Bandeira de Mello, Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone, Nilton Silva Jardim Junior, Priscila Aquino Silva, Rafael Cupello Peixoto e Sabrina Machado Campos

Introdução

Este nosso trabalho em História na Nova EJA traz algumas sugestões de abordagens pedagógicas que já foram desenvolvidas com sucesso em sala de aula, por professores como você, que conhecem a realidade da rede. As trocas de experiências resultaram em algumas propostas que poderão ser acrescidas e mescladas aos seus roteiros, ações e atividades. Procura-se assim, nessa parceria, construir em conjunto estratégias que permitam discutir que a Abolição da Escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888, não foi uma ação isolada, mas resultado de pressões e mudanças que levaram à *inevitável* Abolição, bem como problematizar questões sobre a industrialização no Brasil e analisar a Era Vargas, sobretudo a regulamentação do trabalho e as novas formas de arranjo social, cultural e econômico.

Apresentação da unidade do material do aluno

Caro professor, apresentamos as características principais da unidade que trabalharemos.

Disciplina	Volume	Módulo	Unidade	Estimativa de aulas para essa unidade
História	2	1	3	6 aulas

Titulo da unidade	Tema
As formas de controle e disciplina do trabalho no Brasil pós-escravidão	As pressões, as mudanças e a inevitável Abolição
Objetivos da unidade	
Perceber as mudanças e permanências provenientes da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.	
Problematizar questões sobre a industrialização no Brasil e as lutas sindicais.	
Analisar a Era Vargas, sobretudo a regulamentação do trabalho e as novas formas de arranjo social, cultural e econômico.	
Seções	Páginas no material do aluno
Seção 1- As pressões, as mudanças e a inevitável Abolição	pp.155-159
Seção 2 – Industrialização e as mudanças espaciais e sociais na cidade do Rio de Janeiro	pp. 159-162
Seção 3 – Queda e ascensão do velho	pp. 163-165
Seção 4 – O Brasil depois de 1930: a Era Vargas	pp. 166-169

A seguir, serão oferecidas algumas atividades para potencializar o trabalho em sala de aula. Verifique, portanto, a relação entre cada seção deste documento e os conteúdos do Material do Aluno.

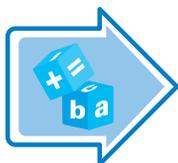
Você terá um amplo conjunto de possibilidades de trabalho.

Vamos lá!

Recursos e ideias para o Professor

Tipos de Atividades

Para dar suporte às aulas, seguem os recursos, ferramentas e ideias no Material do Professor, correspondentes à Unidade acima:



Atividades em grupo ou individuais

São atividades que são feitas com recursos simples disponíveis.



Ferramentas

Atividades que precisam de ferramentas disponíveis para os alunos.



Avaliação

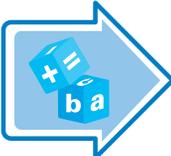
Questões ou propostas de avaliação conforme orientação.



Exercícios

Proposições de exercícios complementares

Atividade Inicial

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Lei Áurea é um "Sublime Pergaminho"?	CD, letra da música, <i>cd player</i> ou <i>datashow</i> .	Ouvir a música "Sublime Pergaminho" – samba-enredo da Escola de Samba Unidos de Lucas de 1988. Nessa atividade os alunos serão conduzidos a uma discussão sobre o processo que culminou na abolição da escravidão em 1888.	A turma não precisa ser dividida.	80 minutos
	A Revolta da Vacina e a sanitização do Rio de Janeiro	Projetor de imagem	A análise das imagens será um ponto de partida para compreensão das representações e o estudo dos diferentes pontos de vista acerca do processo de sanitização do Rio de Janeiro.	Não é necessário dividir a turma	40 minutos
	Mudanças e permanências do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre	Texto impresso	Refletir sobre a história de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil requer uma leitura atenciosa sobre as forças políticas que atuaram na configuração deste processo, sobre os embates que se articularam e que definiram um cenário político bastante plural. Nesta medida, propomos um trabalho de análise do "Jornal do Senado", de 13 de maio de 2009 (Ano XIV – Nº 2.801/172), o qual, em Edição Comemorativa pelos 120 anos da Lei Áurea, traz textos de época fundamentais para a compreensão do processo histórico em questão.	A turma poderá ser dividida em oito grupos	80 min

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Trabalhismo domado	Datashow para a exibição da imagem da Carteira de Trabalho nº 000001, de Getúlio Vargas.	A partir da exibição das imagens que apontam para as ações trabalhistas na gestão de Vargas, discutir com os alunos como estas foram capazes de regulamentar as relações de trabalho e, ao mesmo tempo, coibiram a atuação dos movimentos sociais.	A exibição das imagens se fará com a turma toda, mas você, professor, pode optar por trabalho em grupo ou em dupla.	60 minutos

Seção 1 – As pressões, as mudanças e a inevitável abolição

Páginas no material do aluno

155 a 159

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	As leis abolicionistas	Datashow ou projetor ou fotocópias de trechos das leis	Dividida em grupos, a turma estudará os documentos legais (as leis) que constituem o processo da abolição da escravidão.	A turma será dividida, preferencialmente, em 4 grupos.	40 minutos
	O ex-escravo e a liberdade ...	Datashow ou retroprojetor	Análise de imagens sobre casos de superexploração de trabalhadores em dois momentos: no início do século XX e nos tempos atuais.	A turma deverá ser dividida em 2 grupos ou mais	80 minutos

Seção 2 – Industrialização e as mudanças espaciais e sociais na cidade do Rio de Janeiro

Páginas no material do aluno

159 a 162

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Revolta do Vintém e os jornais do Rio de Janeiro	<i>Datashow</i> e computador com conexão à internet	Analisar o periódico “O Mequetrefe” de 27 de dezembro de 1879 sobre a cobrança do imposto de um vintém no bonde e comparar com o quebra-quebra no Rio de Janeiro ocorrido por conta do aumento das passagens de ônibus em 30 de junho de 1987.	A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana ou a turma pode ser dividida em dois grupos, para que cada um possa analisar um dos episódios.	40 minutos
	Lendo os clássicos da historiografia brasileira: Cidadania no Brasil – o longo caminho	Texto impresso ou projetado	Leitura e análise de trecho do livro “Cidadania no Brasil - o longo caminho” de José Murilo de Carvalho para discussão acerca da “cidadania operária” na República.	Não é necessário dividir a turma	80 minutos

Seção 3 – Queda e ascensão do velho

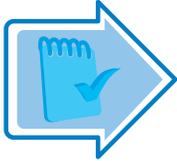
Páginas no material do aluno

163 a 165

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Imagens de época: histórias possíveis a partir de fotografias.	Projetor, <i>datashow</i> , quadro branco e pincel.	O contexto do pós-abolição é demarcado por um vertiginoso processo de industrialização e modernização do Brasil, acompanhado de um intenso processo migratório. Nessa medida, propomos um trabalho de análise de fotografias do início do século XX no Brasil, de modo que tenhamos condições de perceber comportamentos, modos de vestir e de se portar em público, a atuação de imigrantes em espaços do mundo do trabalho e as relações entre o campo e a cidade.	A turma não precisa ser dividida.	50 min

Avaliação

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Abolição dos escravos: a linha do tempo	Questão do ENEM impressa	Resolução de questão de processos seletivos, mais precisamente do vestibular.	A turma não precisa ser dividida.	40 min
	A Revolta da Vacina no vestibular	Distribuição de fotocópia ou projeção da questão.	Resolução de questão de processos seletivos, mais precisamente do vestibular.	A turma não precisa ser dividida	40 min

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Crise dos anos 1920	Projetor, <i>datashow</i> , textos impressos, quadro branco e pincel.	Conduzidos pelo professor, os alunos lerão trechos de diversos autores sobre as transformações urbanas, industriais, populacionais e culturais pelas quais o Brasil passa nos anos 1920 e montarão uma análise da conjuntura histórica da “Crise dos anos 1920”.	Somente na elaboração dos textos finais, a turma deverá ser dividida em duplas.	80 min
	Para a “ordem nacional”	<i>Datashow</i> ou giz e quadro-negro	Apresentação de trechos de documentos selecionados e identificação das ações da política centralizadora do Estado Novo.	Não é necessário dividir a turma	60 min

Atividade Inicial

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Lei Áurea é um “Sublime Pergaminho”?	CD, letra da música, <i>cd player</i> ou <i>datashow</i> .	Ouvir a música “Sublime Pergaminho” – samba-enredo da Escola de Samba Unidos de Lucas de 1988. Nessa atividade os alunos serão conduzidos a uma discussão sobre o processo que culminou na abolição da escravidão em 1888.	A turma não precisa ser dividida.	80 min

Aspectos operacionais

Ouvir a música “Sublime Pergaminho”, samba-enredo da Unidos de Lucas. Além disso, o professor poderá projetar a letra, escrevê-la no quadro ou dar uma folha para os alunos acompanharem a leitura, que deverá ser feita em conjunto com toda a turma.

Segue um trecho da letra de “Sublime Pergaminho”. Caso queira acessar a letra inteira, visite: <http://letras.mus.br/unidos-de-lucas/910933/>



E de repente
Uma lei surgiu
E os filhos dos escravos
Não seriam mais escravos
No Brasil
Mais tarde raiou a liberdade
Pra aqueles que completassem
Sessenta anos de idade
Ó sublime pergaminho
Libertação geral”.



Aspectos pedagógicos

Várias escolas de samba do Rio de Janeiro já levaram para a Avenida temas que abordam a escravidão, um destes sambas é “Sublime Pergaminho”, apresentado pela Unidos de Lucas em 1968, de autoria de Nilton Russo, Zeca Melodia e Carlinhos Madrugada. Esta letra descreve a tristeza dos escravos ao ser capturado na África e a euforia quando se refere às leis que culminaram na extinção da escravidão em 1988. O professor poderá chamar a atenção dos alunos para a parte da letra que diz: *E de repente, Uma lei surgiu, E os filhos dos escravos, Não seriam mais escravos, No Brasil.*

A partir da análise da letra da música sugerida, o professor poderá iniciar o debate sobre a *origem* das leis e encaminhar uma discussão abordando sua implementação. Assim, o professor poderá levar os alunos a pensar que as leis (metáfora/pergaminho) não surgem “de repente”, como diz o samba-enredo, mas são frutos de pressões e de mudanças até se tornarem *inevitáveis*, como é sugerido no nome da seção.

Utilizando um dicionário da Língua Portuguesa, o professor poderá explicar as palavras *pergaminho* e *lei*, cujos sentidos/significados nem sempre são dominados por todos os alunos. Assim, pode-se começar uma reflexão conduzida por você, professor, sobre a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888: esta lei foi um ato de bondade da Princesa Isabel ou resultado de inúmeros embates?

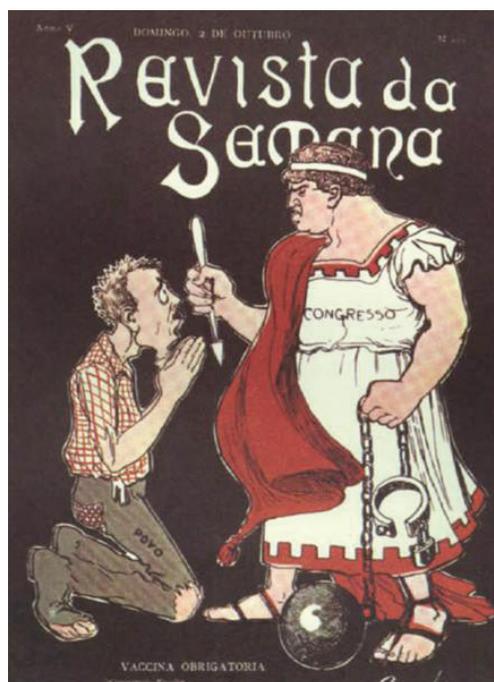
Atividade Inicial

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Revolta da Vacina e a sanitização do Rio de Janeiro	Projektor de imagem	A análise das imagens será um ponto de partida para compreensão das representações e o estudo dos diferentes pontos de vista acerca do processo de sanitização do Rio de Janeiro.	Não é necessário dividir a turma	40 minutos

Aspectos operacionais

O professor poderá projetar as imagens selecionadas e distribuir folhas para que os alunos anotem as observações propostas.

Imagem 1:



Revista da Semana

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Revista_da_Semana.jpg. Acessado em: 29/02/2013

Imagem 2:



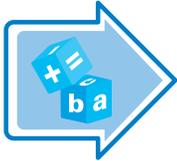
Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/176charge_malho.jpg. Acessado em: 29/02/2013

Aspectos pedagógicos

Cada aluno, a pedido do professor, pode “decompor” os objetos pertencentes às iconografias, tais como personagens, palavras, gestos, etc. O professor poderá solicitar aos alunos a descrição dos aspectos gerais das imagens e a identificação da(s) crítica(s) ao governo brasileiro daquele período.

Em seguida, o professor poderá discutir a Revolta da Vacina a partir das imagens apresentadas. Elementos históricos poderão ser explorados como, por exemplo, a circulação da opinião pública através de periódicos, neste caso, a Revista da Semana e O Malho. Além dos aspectos caricatos dos semanais, é possível analisar as referências sobre os termos “povo” e “Congresso”. Elementos como poder, hierarquia, obediência e dominação podem ser conceitos explorados pelo professor a partir da leitura da imagem.

Atividade Inicial

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Mudanças e permanências do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre	Texto impresso	Refletir sobre a história de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil requer uma leitura atenciosa sobre as forças políticas que atuaram na configuração deste processo, sobre os embates que se articularam e que definiram um cenário político bastante plural. Nesta medida, propomos um trabalho de análise do “Jornal do Senado”, de 13 de maio de 2009 (Ano XIV – Nº 2.801/172), o qual, em Edição Comemorativa pelos 120 anos da Lei Áurea, traz textos de época fundamentais para a compreensão do processo histórico em questão.	A turma poderá ser dividida em oito grupos	80 min

Aspectos operacionais

O recurso documental deverá ser compartilhado com as turmas. Cada equipe ficará responsável por uma página do jornal, devendo realizar a leitura dos respectivos textos e apresentar oralmente o título das matérias, seus conteúdos, bem como as surpresas e dúvidas sobre o tema abordado.

Equipe 1

Ficará responsável por apresentar as matérias de capa e contextualizar o debate. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:



ASSINADA A LEI ÁUREA – O Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, domingo, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A

Lei João Alfredo, já chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do Paço da Cidade. O povo irrompeu em aplausos quando Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Ao surgir em uma janela, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes. O Imperador Dom Pedro II, que se encontra gravemente enfermo em Milão, onde se submete a tratamento, ainda não sabe da Abolição. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou a várias províncias do País e nações americanas e europeias. A Lei Áurea (nº 3.353) tem apenas dois artigos: **“Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”**. (...).

”

Equipe 02

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 2 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:

“

UMA PRIMEIRA TENTATIVA DE PROIBIR O TRÁFICO DE NEGROS – Com poucos efeitos práticos, a Lei Eusébio de Queiroz, a do Ventre Livre e a dos Sexagenários antecederam a Lei Áurea. Em 7 de novembro de 1831, a Câmara dos Deputados promulgou uma lei que proibia o tráfico de escravos africanos. O texto, resultado de acordo do Brasil com a Inglaterra, estabelecia que todos os escravos que entrassem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficariam livres. Porém, o último desembarque de escravos africanos no país só ocorreria em 1855, no litoral de Pernambuco. O período decorrido entre a intenção e a realidade foi a sobrevida daquilo que José Bonifácio de Andrada e Silva chamou de “cancro mortal que ameaçava os fundamentos da Nação”. O ato de 1831 foi o primeiro passo, mas ineficaz. A turbulência política em várias províncias impediu que o governo central fizesse cumprir a lei durante as duas décadas seguintes. Só com a pressão política e militar inglesa o cenário se modificou. Em 1845, o Parlamento em Londres aprovou lei (o Bill Aberdeen) que dava à Marinha inglesa o direito de aprisionar navios negreiros, mesmo em águas territoriais brasileiras, e julgar seus comandantes. O governo brasileiro não resistiu à pressão e o ministro da Justiça de Dom Pedro II, Eusébio de Queiroz, enviou projeto ao Parlamento que determinava a apreensão de navios que traficassem escravos. A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, considerava criminosos o dono do navio, o capitão e seus subordinados, além do pessoal em terra que participasse do comércio ilegal. (...).

”

Equipe 3

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 3 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:

“

CÂMARA DISCUTE E VOTA FIM DA ESCRAVIDÃO EM DOIS DIAS – Aprovação do projeto em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista, com apoio do presidente da Casa. A Princesa Imperial Regente Isabel enviara à Assembleia Geral, na terça-feira 8 de maio de 1888, a proposta determi-

nando o fim da escravidão no País. Dois dias depois, o projeto já estava aprovado em segundo turno, e seguia para o Senado. A aprovação se deu em tempo recorde, graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e com a ajuda do presidente da Casa, Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena (PE). O ministro da Agricultura, deputado Rodrigo Augusto da Silva, que foi o portador da mensagem, leu o sucinto texto de apenas dois artigos. Urgência. Terminada a leitura, o Plenário irrompeu em ruidosas manifestações, seguido pelas galerias. Joaquim Nabuco era um dos mais emocionados. A escravidão ocupa o nosso território, oprime a consciência nacional e é pior do que o estrangeiro pisando no território da Pátria. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata – propôs Nabuco, sugerindo a criação de uma comissão especial e a dispensa de todos os prazos e interstícios para que a lei pudesse ser votada pela Câmara no dia seguinte. Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro e líder da bancada antiabolição, protestou, sem sucesso, contra a tentativa de acelerar a tramitação. Quaisquer que sejam as impaciências para converter em lei a proposta do governo, acho que é preciso colocar acima de tudo a legalidade dos atos do Parlamento – argumentou o representante dos fazendeiros fluminenses, acusando os abolicionistas de rasgar o Regimento da Câmara. O Barão de Lucena submeteu à votação o requerimento, aprovado pelo Plenário da Câmara, por ampla maioria. Dispensados diversos prazos e exigências regimentais, menos de três horas após a leitura do projeto, a comissão especial criada para analisar o assunto já apresentava parecer favorável em Plenário. Na quinta-feira, dia 10, com 83 votos favoráveis e apenas 9 contrários, o projeto recebeu aprovação final dos deputados.

”

Equipe 4

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 4 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:

“

Câmara discute e vota fim da escravidão em dois dias – Aprovação do projeto em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista, com apoio do presidente da Casa. A Princesa Imperial Regente Isabel enviara à Assembleia Geral, na terça-feira 8 de maio de 1888, a proposta determinando o fim da escravidão no País. Dois dias depois, o projeto já estava aprovado em segundo turno, e seguia para o Senado. A aprovação se deu em tempo recorde, graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e com a ajuda do presidente da Casa, Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena (PE). O ministro da Agricultura, deputado Rodrigo Augusto da Silva, que foi o portador da mensagem, leu o sucinto texto de apenas dois artigos. Urgência – Terminada a leitura, o Plenário irrompeu em ruidosas manifestações, seguido pelas galerias. Joaquim Nabuco era um dos mais emocionados. – A escravidão ocupa o nosso território, oprime a consciência nacional e é pior do que o estrangeiro pisando no território da Pátria. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata – propôs Nabuco, sugerindo a criação de uma comissão especial e a dispensa de todos os prazos e interstícios para que a lei pudesse ser votada pela Câmara no dia seguinte. Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro e líder da bancada antiabolição, protestou, sem sucesso, contra a tentativa de acelerar a tramitação. – Quaisquer que sejam as impaciências para converter em lei a proposta do governo, acho que é preciso colocar acima de tudo a legalidade dos atos do Parlamento – argumentou o representante dos fazendeiros fluminenses, acusando os abolicionistas de rasgar o Regimento da Câmara. O Barão de Lucena submeteu à votação o requerimento, aprovado pelo Plenário da Câmara, por ampla maioria. Dispensados diversos prazos e exigências regimentais, menos de três horas após a leitura do projeto a comissão especial criada para analisar o assunto já apresentava parecer favorável em Plenário. Na quinta-feira, dia 10, com 83 votos favoráveis e apenas 9 contrários, o projeto recebeu aprovação final dos deputados.

”

Equipe 5

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 5 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:



O DOMINGO DA VITÓRIA NO SENADO – Proposta foi aprovada ontem, em sessão extraordinária, sem dificuldades. As atenções da Corte se voltaram, no sábado e no domingo, 13 de maio, para o Senado do Império, onde se processava a discussão final do Projeto de Lei nº 1 da Câmara dos Deputados, que baniu de forma imediata e incondicional

a escravidão no território brasileiro. A proposta foi aprovada sem dificuldades pela Casa. Apenas dois senadores, os conservadores, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe (BA), e Paulino de Sousa (RJ), o Segundo Visconde do Uruguai (RJ), se posicionaram contra a iniciativa. Logo após a leitura da proposta na sessão do último dia 11, pelo 1º vice-presidente do Senado, Antônio Cândido da Cruz Machado, que exercia a Presidência da Casa, o líder do liberalismo abolicionista, senador Manuel Pinto de Sousa Dantas (BA), solicitou que fosse nomeada a comissão especial de cinco membros destinada a dar o parecer sobre o projeto. A solicitação foi acolhida sem debate e Cruz Machado nomeou para compor o colegiado os senadores Sousa Dantas, Affonso Celso (pai), o Visconde de Ouro Preto (MG), Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ), José Antônio Correia da Câmara (RS) e Alfredo Eschagnolle Taunay (SC). A comissão apresentou imediatamente o parecer, destacando que a proposta continha “providência urgente, por inspirar-se nos mais justos e imperiosos intuitos” e satisfazia “a mais e mais veemente aspiração nacional”. Aprovação – No sábado dia 12, durante a segunda discussão, Cotegipe fez longo pronunciamento contrário à proposta, que foi aprovada domingo, dia 13, em sessão extraordinária. Na direção dos trabalhos da Casa, o senador Cruz Machado designou a comissão que levaria o projeto ao Paço e que foi composta pelos membros da comissão especial que ofereceu o parecer e ainda por outros nove senadores. O senador e presidente do Conselho de Ministros João Alfredo (PE) comunicou, então, ao Plenário da Casa que Sua Alteza a Princesa Regente receberia às 3 horas da tarde, no Paço da Cidade, a comissão de senadores que levaria o decreto da Assembleia Geral declarando extinta a escravidão no Brasil.



Equipe 6

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 6 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:



UMA LUTA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA – Campanha pelo fim da escravidão no país envolveu monarquistas e republicanos. A abolição da escravatura foi um processo secular resultante de mobilizações sociais – inclusive dos próprios negros –, morais, políticas e econômicas. Da assinatura da Lei Eusébio de Queiroz, que reforçou a proibição do tráfico negreiro, já se passaram 38 anos de intensa campanha abolicionista que se finda agora com a Lei Áurea. Com exemplos europeus de abolição da mão-de-obra escrava, por um bom tempo o processo da crítica abolicionista no Brasil concentrou-se em espaços como clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais e, aos poucos, estendeu-se à população. Essa foi, segundo o abolicionista Joaquim Nabuco, a primeira fase do movimento pelo fim da escravidão, entre 1879 a 1884, quando “os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos”. Mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas

em jornais brasileiros e estrangeiros e a forte pressão sobre o Império fizeram ruir de vez a escravidão. No geral, todos os republicanos mostravam-se abolicionistas, mas nem todos os que lutaram pela libertação dos escravos preferem a República. Monarquistas como André Rebouças e Joaquim Nabuco foram incansáveis nessa luta pelo fim da escravidão. Muitos outros também se destacaram como defensores ferrenhos da mesma causa, entre eles Ruy Barbosa, José do Patrocínio e Tobias Barreto. Já falecidos, Luís Gama e Castro Alves não podem ser esquecidos nessa batalha. Mesmo os republicanos tiveram maneiras diferentes de pensar a abolição. A Assembleia Geral exprimiu por um bom tempo o pensar dos paulistas que não adotavam a solução geral e totalmente libertadora. A proposta era que o problema fosse resolvido gradualmente, conforme o interesse de cada província, aceitando o princípio da indenização, reconhecendo o que alguns chamavam de “o direito do homem sobre o homem”. Mas a forte pressão social e moral e a redução do interesse econômico pelo negro, que com o tempo passou a apresentar custo maior que a mão-de-obra livre competitiva, culminaram com a aceitação dos parlamentares pela abolição total do regime escravagista. Um pouco antes da proibição do tráfico negreiro, o preço do escravo já subia no mercado com a previsão de que não seriam mais trazidos negros para o Brasil. Essa alta manteve-se até 1880, em especial pela forte demanda da lavoura cafeeira. Agora, quando se assina a Lei Áurea, boa parte da mão-de-obra escrava já foi substituída.

”

Equipe 7

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 7 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:

“

RESISTÊNCIA COMEÇOU NO SÉCULO 16 – Primeiros registros de escravos fugitivos são de 1575, na Bahia. Os africanos escravizados no Brasil não demoraram muito para dar início aos movimentos de fuga e formação de acampamentos armados, que, além de servirem de moradias, eram principalmente centros de resistência e contribuíram para o fim do trabalho escravo no país. Ainda no século 16, por volta de 1575, já se registravam movimentos de fuga de escravos na Capitania da Bahia. Inicialmente eles se reuniram no que se chamou de mocambo, espécie de acampamento militar e moradia dos negros de língua bantu da África Central e Centro-Occidental. Em 1588 foi publicado regimento que estabelecia “punição exemplar” para os fugitivos. Nos quase quatro séculos de escravidão no Brasil, houve grande enfrentamento de tropas do governo e perseguições determinadas pelos senhores dos escravos, que contavam com o trabalho dos capitães-do-mato. As capitanias de Sergipe e da Bahia foram tomadas por mocambos no início do século 17. Na Paraíba, em 1691, se formou o Quilombo do Cumbe, combatido em 1731. No Rio de Janeiro, os primeiros registros são de 1625. No século seguinte, os mocambos surgiram em Cabo Frio, Campos dos Goitacazes e Saquarema. O século 18 foi de expansão dos grupos negros, quando a denominação mocambo foi substituída por quilombo. No Maranhão, as tropas atacaram grupos que se reuniam entre os rios Gurupí e Turiaçu no início dos anos 1700. Nas capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará, as comunidades negras também recebiam militares desertores e índios. Há registros de fugitivos em outras regiões da Floresta Amazônica, assim como nas capitanias do Espírito Santo e de Minas Gerais. Na segunda metade do século 18, surgem denúncias contra quilombos no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e Goiás. Muitos desses grupos foram desenvolvendo ao longo dos anos relações com as comunidades locais. A própria Princesa Isabel, às vésperas de assinar a Lei Áurea, já havia acolhido e hospedado mais de mil fugitivos.

”

Equipe 8

Ficará responsável por apresentar as matérias contidas na página 8 do periódico. Esta equipe encontrará, por exemplo, o seguinte texto:



CEARÁ ACABOU COM A ESCRAVIDÃO HÁ 4 ANOS – Nas duas últimas décadas, a ideia de libertação dos escravos foi aos poucos se irradiando para o interior do Brasil, motivando vários segmentos da sociedade, desde simples jangadeiros e donos de barcas no Nordeste, que se recusavam a participar do transporte de cativos, a jornalistas, maçons, poetas, escritores e políticos que abraçaram a causa com entusiasmo. Na Província cearense, o fim da escravidão foi proclamado há quatro anos. O Ceará assumiu, no dia 25 de março de 1884, a responsabilidade histórica de decretar a extinção do trabalho escravo em todo o seu território. A iniciativa pioneira repercutiu intensamente na Corte e nas províncias, reforçando os movimentos que já começavam a tomar corpo em outras partes do país, como Amazonas, Bahia e Paraíba. A grande festa da abolição no Ceará reuniu a população da capital, na Praça Castro Carreira. Canhões da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção reboaram e os sinos repicaram. Um grande desfile atravessou a cidade antiga, desde a Rua 1º de Março até o passeio público. Victor Hugo – Em meio às manifestações, o presidente da Província, Sátiro de Oliveira Dias, declarou em tom solene: “Para a glória imortal do povo cearense e em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamo ao país e ao mundo que a província do Ceará não possui mais escravos”. O abolicionista José do Patrocínio, que se encontrava em Paris dias antes do banimento da escravidão no Ceará, enviou carta ao escritor Victor Hugo comunicando que uma província brasileira estava prestes a ser considerada liberta do cativo. Ele pedia ao poeta uma palavra de animação, um conselho, que servisse de encorajamento ao Imperador Dom Pedro 2º, no sentido de engajar-se na campanha pela abolição. O grande pensador francês, na resposta a Patrocínio, considerou “grande novidade” o gesto dos cearenses e reforçou que com a iniciativa libertadora “a barbárie recua e a civilização avança”. Embora a luta final tenha se dado na cidade de Fortaleza, foi no interior da província, na pequena vila de Aracape, que logo depois se chamaria Redenção, que a Sociedade Cearense Libertadora liderou a primeira grande campanha pela abolição. Os jangadeiros também tiveram papel decisivo no processo cearense de abolição da escravatura. Em 27 de janeiro de 1881, tendo à frente Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”, os jangadeiros firmaram sua posição: “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!”. Com esta atitude, eles conseguiram de fato abolir o tráfico de escravos na província. Assim como ocorria no Ceará, a luta pela abolição agregou não apenas figuras de expressão nas províncias e na Corte. Militares recusavam-se a perseguir escravos fugidos; mascates ajudavam na distribuição dos panfletos a favor da abolição; ferroviários escondiam negros nos trens ajudando-os nas fugas. Medida repercutiu intensamente na Corte e estimulou o abolicionismo em outras províncias. Assim como ocorria no Ceará, a luta pela abolição agregou não apenas figuras de expressão nas províncias e na Corte. Militares recusavam-se a perseguir escravos fugidos; mascates ajudavam na distribuição dos panfletos a favor da abolição; ferroviários escondiam negros nos trens ajudando-os nas fugas.

Jornal do Senado. Órgão do Senado do Império, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1988. Edição comemorativa dos 120 anos da Lei Áurea. *Jornal do Senado*, 13 de maio de 2009, Ano XIV, Nº 2.801/172.

Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf (Acesso em: 28 de fev. de 2013 16h).



Aspectos pedagógicos

Dado o tempo para que as equipes façam o estudo dos textos, o professor poderá solicitar que noticiem as matérias como num estúdio de rádio ou de TV. A pretensão é potencializar nos alunos a capacidade de interpretação e comunicação dos textos. Ao longo de cada apresentação, as demais equipes poderão produzir anotações para a construção de um debate posterior.

Atividade Inicial

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Trabalhismo domado	Datashow para a exibição da imagem da Carteira de Trabalho nº 000001, de Getúlio Vargas.	A partir da exibição das imagens, que apontam para as ações trabalhistas na gestão de Vargas, discutir com os alunos como estas foram capazes de regulamentar as relações de trabalho e, ao mesmo tempo, coibiram a atuação dos movimentos sociais.	A exibição das imagens se fará com a turma toda, mas você, professor, pode optar por trabalho em grupo ou em dupla.	60 minutos

Aspectos operacionais

As imagens deverão ser exibidas para a turma toda. Será necessário que, anteriormente, os alunos já tenham conhecimento das principais ações regulamentadoras do trabalho que culminaram na criação da CLT.

Imagem 1



Carteira de Trabalho de Getúlio Vargas. Acervo Museu da República. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/photo/getulio-vargas-primeira-carteira-profissional-de-trabalho-no-bras>> Acesso: fev. 2013.

Imagem 2



Alberto Paranhos. O trabalhismo domado: manifestação do Dia do Trabalho no Estádio São Januário, 1940. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/antidoto_para_a_luta_de_classes_imprimir.html> Acesso: fev. 2013)

Aspectos pedagógicos

O professor deverá nortear a discussão, guiando seus alunos para os aspectos da figura carismática de Getúlio Vargas. Por outro lado, poderá identificar a forte característica do seu governo pautada no cerceio do movimento social dos trabalhadores.

O professor, para melhor usar as fontes em questão, deverá ter trabalhado anteriormente com os alunos os conceitos de “populismo” e “trabalhismo”. O fato de o aluno já ter previamente esses conceitos poderá deixar seu olhar mais objetivo e centrado nos fatos relevantes para a discussão.

O professor poderá lançar algumas perguntas para que os grupos cheguem a uma posição diante da discussão. Os relatos dos grupos poderão ser em forma de texto escrito ou apenas em exposição oral.

Seção 1 – As pressões, as mudanças e a inevitável abolição

Páginas no material do aluno

155 a 159

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	As leis abolicionistas	Datashow ou projetor ou fotocópias de trechos das leis	Dividida em grupos, a turma estudará os documentos legais (as leis) que constituem o processo da abolição da escravidão.	A turma será dividida, preferencialmente, em 4 grupos.	40 minutos

Aspectos operacionais

O professor poderá projetar os trechos no quadro ou dar uma folha para os alunos acompanharem a leitura.

Os textos das leis estão disponíveis nos sítios abaixo indicados:

Lei Áurea: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm

Lei do Ventre Livre: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM2040.htm

Lei Eusébio de Queirós: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm

Lei Saraiva Cotegipe ou Lei dos Sexagenários:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>

Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850 – Proibiu o tráfico de escravos da África.

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

Aquellas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proximamente desembarcado, porém que se encontrarem com os signaes de se empregarem no trafico de escravos, serão igualmente apprehendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos.

Art. 2º O Governo Imperial marcará em Regulamento os signaes que devem constituir a presumpção legal do destino das embarcações ao trafico de escravos.

Art. 3º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São complices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no territorio brasileiro, ou que concorrerem para os occultar ao conhecimento da Autoridade, ou para os subtrahir á apprehensão no mar, ou em acto de desembarque, sendo perseguido.

Lei do Ventre Livre (Lei nº 2040 de 1871) – Esta Lei dá liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annul de escravos.....

A Princeza Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva Cotegipe (Lei nº 3.270, de 1885) – Esta Lei concedia liberdade apenas aos escravos com mais de 65 anos.

Regula a extincção gradual do elemento servil.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

DA MATRICULA

Art. 1º Proceder-se-ha em todo o Imperrio a nova matricula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, idade e valor, calculado conforme a tabella do § 3º.

§ 1º A inscripção para a nova matricula far-se-ha á vista das relações que serviram de base á matricula especial ou averbação effectuada em virtude da Lei de 28 de Setembro de 1871, ou á vista das certidões da mesma matricula, ou da averbação, ou á vista do titulo do dominio, quando nelle estiver exarada a matricula do escravo.

§ 2º A' idade declarada na antiga matricula se addicionará o tempo decorrido até o dia em que fôr apresentada na Repartição competente a relação para a matricula ordenada por esta Lei.

Lei Áurea – Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888, extingue a escravidão no Brasil.

“A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.”

Aspectos pedagógicos

O professor deve fazer uma apresentação geral e depois reunir os alunos em grupos com o objetivo de lerem e interpretarem as leis previamente destacadas pelo professor. Assim, os alunos poderão perceber o processo que levou à lei Áurea:

- 1850 – a pressão inglesa pelo fim do tráfico e sua proibição;
- 1871 – a liberdade para os filhos de escravos;
- 1885 – a liberdade para os escravos com mais de 60 anos e,
- finalmente, a extinção da escravidão com a Lei Áurea de 1888.

Deste modo, o aluno poderá entender melhor a ideia de abolição dos escravos como um processo, e não como uma lei que surge de repente, fruto da boa vontade dos governantes. A partir dessas questões, o professor poderá trabalhar, também, as desigualdades e a diversidade dos brasileiros, bem como outros temas transversais: cidadania, direitos e deveres do cidadão. Ao final, cada aluno poderá fazer um pequeno texto escrito, descrevendo o seu entendimento das leis estudadas.

Seção 1 – As pressões, as mudanças e a inevitável abolição

Páginas no material do aluno
155 a 159

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	O ex-escravo e a liberdade ...	Datashow ou retroprojektor	Análise de imagens sobre casos de superexploração de trabalhadores em dois momentos: no início do século XX e nos tempos atuais.	A turma deverá ser dividida em 2 grupos ou mais	80 minutos

Aspectos operacionais

Você projetará, com a utilização de um *datashow* ou retroprojektor, imagens que estão disponíveis em:

- <http://gppgrvalta01.blogspot.com.br/2011/11/desigualdade-social-e-trabalho-escravo.html>

- http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673:catid=28&Itemid=23
- <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/janeiro/trabalho-escravo-ainda-e-pratica-frequente-no#ixzz2LyfffW7>

Aspectos pedagógicos

Serão apresentadas algumas imagens abordando casos de superexploração de trabalhadores em dois momentos: no início do século XX e nos tempos atuais. Logo após a apresentação, você, professor, poderá perguntar aos alunos se, após mais de um século da assinatura da Lei Áurea, os resquícios da escravidão ainda continuam presentes na sociedade brasileira. Poderá também levantar um debate sobre as desigualdades sociais, e até mesmo a existência de situações análogas às vivenciadas pela população negra antes da libertação, evidenciando as rupturas e continuidades dessas relações sociais. Encerrando, o professor poderá pedir aos representantes dos grupos que façam uma rápida exposição oral ou apresentem um breve texto escrito, sintetizando as análises sobre esta atividade.

Imagem 1



<http://gppgrvalta01.blogspot.com.br/2011/11/desigualdade-social-e-trabalho-escravo.html>

Redatora: Laureci

Bibliografia da imagem disponível em: http://seercsorocaba.org.br/img/img_home/destaque/trabalho-escravo/trabalho_escravo.jpg

Imagem 2



O negro e o membro da elite. O primeiro, descalço, tira o chapéu, em respeito. O segundo parece alheio a quem está ao seu lado. A legenda da foto em Fon Fon nº 6, 18 de maio 1907 é: "Príncipe Dom Luiz [de Orleans e Bragança (1878-1921)] com o banhista Sant'Anna que o ensinou a nadar na praia do Flamengo". A Abolição manteve libertos em posição subalterna na sociedade

Foto: Acervo Gilberto Maringoni

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673:catid=28&Itemid=23

Imagem 3

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo é realizada após recorde na Lista Suja.



Setor sucroalcooleiro lidera incidência de trabalho escravo no Brasil/ Foto: Cícero Omena

O conteúdo do EcoDesenvolvimento.org está sob Licença Creative Commons. Para o uso dessas informações, é preciso citar a fonte e o link ativo do Portal EcoD.

<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/janeiro/trabalho-escravo-ainda-e-pratica-frequente-no#ixzz2LyfffW7>

Seção 2 – Industrialização e as mudanças espaciais e sociais na cidade do Rio de Janeiro

Páginas no material do aluno

159 a 162

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Revolta do Vintém e os jornais do Rio de Janeiro	Datashow e computador com conexão à internet	Analisar o periódico "O Mequetrefe" de 27 de dezembro de 1879 sobre a cobrança do imposto de um vintém no bonde e comparar com o quebra-quebra no Rio de Janeiro ocorrido por conta do aumento das passagens de ônibus em 30 de junho de 1987.	A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana ou a turma pode ser dividida em dois grupos, para que cada um possa analisar um dos episódios.	40 minutos

Aspectos operacionais

O professor poderá projetar os dois periódicos para a turma e propor uma comparação entre as duas revoltas.

Texto 1



A propósito do Vintém

Todos os jornaes diários d'esta corte têm manifestado as suas judiciosas opiniões sobre o vintém, excepto o Jornal do Commercio que nada disse a respeito dito.

O apatacado collega tem suas razoes para fazer silencio. A' vista d'isto nós vimos também fazer a nossa parede, e desde já declaramos, alto e bom som, não aprovamos o ventem senão para que o governo compre com elle uma corda para se enforçar. No mais não queremos o vintém, não admitimos o vintém, não nos sujeitamos ao vintém.

Cidadãos, ás armas! Bem entendido... contra o vintém.

O Mequetrefe, 27 de dezembro de 1879.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 01/03/2013



Texto 2



Nem a esquerda pode mandar na explosão da rua

Agora o Sarney vai ter que mandar prender o povo inteiro." A frase de desafio, lançada no meio da balbúrdia da Avenida Rio Branco por Oswaldo Neves – que, na vida real, é camelô, portanto, um símbolo do exercício ilegal da cidadania carioca – resume a fórmula clássica das revoltas populares, que tomou o centro do Rio. Protestos de rua atiçados por grupos de militantes – misturando CUT, Famerj, securitários e partidos de esquerda – juntaram-se com explosões espontâneas de passageiros de ônibus, para formar um quebra-quebra a que aderiram *office-boys* uniformizados, mendigos, cidadãos de paletó e gravata, mulheres e velhos. No começo, os manifestantes politizados tentaram comandar aquilo que chamam possessivamente de massa, usando para apelos até megafones emprestados da polícia. Depois desistiram de dirigir o espetáculo e aceitaram o papel de coadjuvantes, pendurando nos veículos depredados as faixas com suas palavras de ordem – a que endossou denúncias do governo estadual de que alguém programou o caos.

Jornal do Brasil, 01 de julho de 1987.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 01/03/2013



Aspectos pedagógicos

Considerando aspectos como cidadania e políticas públicas para o transporte, o professor poderá analisar como cada jornal representou os acontecimentos em cada um dos contextos.

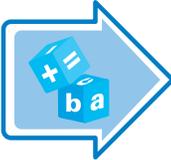
A primeira parte da atividade consiste na leitura das reportagens sobre a Revolta do Vintém e a do aumento das passagens no Rio de Janeiro. O professor poderá sugerir aos grupos ou à turma a leitura dos periódicos disponíveis no endereço citado ou apenas os trechos supracitados.

Em seguida, será feita a análise das diferenças de discurso em cada periódico. Além disso, há discussões sobre cidadania e participação da imprensa na mobilização (o Mequetrefe) e desqualificação (Jornal do Brasil) das pessoas e sua busca por direitos, como o de mobilidade urbana. O professor poderá, ainda, explicar a Revolta do Vintém a partir da participação da imprensa, que se posicionou claramente contra o Império, demonstrando exemplos de liberdade de imprensa em governos não republicanos. No caso do Jornal do Brasil, o professor poderá explorar as formas de deslegitimação dos grupos de esquerda quanto à participação na revolta.

Seção 2 – Industrialização e as mudanças espaciais e sociais na cidade do Rio de Janeiro

Páginas no material do aluno

159 a 162

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Lendo os clássicos da historiografia brasileira: Cidadania no Brasil – o longo caminho	Texto impresso ou projetado	Leitura e análise de trecho do livro “Cidadania no Brasil - o longo caminho” de José Murilo de Carvalho para discussão acerca da “cidadania operária” na República.	Não é necessário dividir a turma	80 minutos

Aspectos operacionais

O professor poderá distribuir cópias do texto abaixo para leitura individual e, em seguida, direcionar questões sobre o tema.



A cidadania operária

Se os principais obstáculos à cidadania, sobretudo civil, eram a escravidão e a grande propriedade rural, o surgimento de uma classe operária urbana deveria significar a possibilidade da formação de cidadãos mais ativos. A urbanização evoluiu lentamente no período, concentrando-se em algumas capitais de estados.

Como vimos, em 1920, apenas 16,6% da população vivia em cidades de 20 mil habitantes ou mais. Os dois principais centros urbanos eram o Rio de Janeiro, com 790 mil habitantes, e São Paulo, com 579 mil. O crescimento do estado e da capital de São Paulo foi maior devido à grande entrada de imigrantes, sobretudo italianos. No período entre 1884 e 1920, entraram no Brasil cerca de 3 milhões. Desses, 1,8 milhão foi para São Paulo. Muitos imigrantes dirigiam-se inicialmente para as fazendas de café, mas um grande número acabava fixando-se na capital, empregados na indústria ou no comércio.

Em 1920, a industrialização também se concentrava nas capitais, com destaque para o Rio de Janeiro, ainda a cidade mais industrializada do país, e para São Paulo, que se transformava rapidamente no principal centro industrial. Cerca de 20% da mão-de-obra industrial estava na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que 31% se concentrava no estado de São Paulo. Em 1920, havia no Brasil, ao todo, 275.512 operários industriais urbanos. Era uma classe operária ainda pequena e de formação recente. Mesmo assim, já apresentava alguma diversidade social e política. Rio de Janeiro e São Paulo podem ser tomados como representativos do que sucedia, em ponto menor, no resto do país. No Rio, a industrialização era mais antiga, e o operariado, mais nacional. O grupo estrangeiro mais forte era o português, cuja cultura e tradições não se distanciavam muito das brasileiras. Havia ainda, no Rio, forte presença de população negra na classe operária, inclusive de ex-escravos, e também muitos operários do Estado. Em São Paulo, a grande maioria do operariado era composta por imigrantes europeus, italianos em primeiro lugar, mas também espanhóis e outros. O operariado do Estado e de empresas públicas era pequeno.

O comportamento dos operários nas duas cidades era também diferente. No Rio, havia maior diversidade de orientações. O operariado do Estado e de empresas públicas (estradas de ferro, marinha mercante, arsenais) mantinha estreita ligação com o governo. Muitos operários do Estado votavam nas eleições. No setor não governamental, havia maior independência política. Os operários do porto não se negavam a dialogar com patrões e com o governo, mas eram bem organizados e mantinham posição de independência. Na indústria e na construção civil, encontravam-se as posições mais radicais, influenciadas pelo anarquismo trazido por imigrantes europeus. O auge da influência dos anarquistas verificou-se nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial, quando lideraram uma grande greve que incluía planos de tomada do poder. Em São Paulo, o peso do anarquismo foi maior devido à presença estrangeira e ao pequeno número de operários do Estado. O movimento operário, como um todo, foi mais agressivo, culminando em uma grande greve geral em 1917. Mas também lá havia obstáculos à ação operária. Os imigrantes, mesmo os italianos, provinham de regiões diferentes, falavam dialetos diferentes e frequentemente competiam entre si. Muitos deles estavam também mais interessados em progredir rapidamente do que em envolver-se em movimentos grevistas.

Além desses obstáculos internos à classe, os operários tinham que enfrentar a repressão comandada por patrões e pelo governo. O governo federal aprovou leis de expulsão de estrangeiros acusados de anarquismo, e a ação da polícia raramente se mostrava neutra nos conflitos entre patrões e operários. O anarquismo teve que enfrentar ainda um opositor interno quando foi criado o Partido Comunista do Brasil, em 1922, formado por ex-anarquistas. O Partido Comunista vinculou-se à Terceira Internacional, cujas diretrizes seguia de perto. A partir daí, a influência anarquista declinou rapidamente. O movimento operário, como um todo, perdeu força durante a década de 20, só vindo a ressurgir após 1930.

Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais, como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. No que se refere aos direitos políticos, deu-se algo contraditório. Os setores operários menos agressivos, mais próximos do governo, chamados na época de «amarelos», eram os que mais votavam, embora o fizessem dentro de um espírito clientelista. Os setores mais radicais, os anarquistas, seguindo a orientação clássica dessa corrente de pensamento, rejeitavam qualquer relação com o Estado e com a política, rejeitavam os partidos, o Congresso, e até mesmo a ideia de pátria. O Estado, para eles, não passava de um servidor da classe capitalista, o mesmo se dando com os partidos, as eleições e a própria pátria. Ao encerrar um Congresso Operário, em 1906, no Rio de Janeiro, um líder anarquista afirmou que o operário devia «abandonar de todo e para sempre a luta parlamentar e política». O voto, dizia, era uma burla. A única luta que interessava ao operário era a luta econômica contra os patrões.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 57-61.



Aspectos pedagógicos

1ª etapa

Num primeiro momento, o professor pode apresentar o livro de José Murilo de Carvalho como um “clássico”, isto é, como um texto utilizado no campo acadêmico. Isto pode mobilizar o interesse do aluno em compreender como são desenvolvidos os argumentos e teorias acadêmicas. Em seguida, o professor poderá distribuir as fotocópias para que os alunos leiam e discutam o conceito de “cidadania operária”. O terceiro ponto consistirá de perguntas, de caráter interpretativo, a fim de buscar aprofundar a compreensão do texto.

2ª etapa

Nesse momento, professor poderá direcionar algumas questões referentes ao texto. O objetivo é estimular a discussão acerca da organização dos trabalhadores e o exercício da cidadania.

- Por que a organização operária no início da República representou uma “ameaça” à estrutura patronal brasileira?
- Quais as principais filiações operárias?
- Quais as formas de organização dos trabalhadores e quais os mecanismos de pressão desses grupos?
- “O Estado, para eles, não passava de um servidor da classe capitalista, o mesmo se dando com os partidos, as eleições e a própria pátria.” Quais as justificativas para essa afirmação? Por que alguns governos criminalizam a organização dos trabalhadores?

Seção 3 – Queda e ascensão do velho

Páginas no material do aluno

163 a 165

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Imagens de época: histórias possíveis a partir de fotografias.	Projetor, <i>datashow</i> , quadro branco e pincel.	O contexto do pós-abolição é demarcado por um vertiginoso processo de industrialização e modernização do Brasil, acompanhado de um intenso processo migratório. Nessa medida, propomos um trabalho de análise de fotografias do início do século XX no Brasil, de modo que tenhamos condições de perceber comportamentos, modos de vestir e de se portar em público, a atuação de imigrantes em espaços do mundo do trabalho e as relações entre o campo e a cidade.	A turma não precisa ser dividida.	50 min

Aspectos operacionais

O recurso documental fotográfico será compartilhado com a turma por meio de exibições das imagens. Os alunos deverão ser orientados sobre o contexto histórico em que as imagens foram produzidas, bem como sobre aquilo que elas buscam representar. O professor poderá tratar o objeto fotográfico, buscando despertar no aluno a percepção para o ato interessado de registro de determinados espaços, comportamentos, conflitos, entre outros aspectos.



Legenda: Fazenda Brejão, pertencente a Francisco Schmidt, imigrante alemão e maior produtor individual de café do mundo. Ribeirão Preto (SP), c. 1900. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_008_001_042_001.jpg (Acesso em: 28 de fev. de 2013)



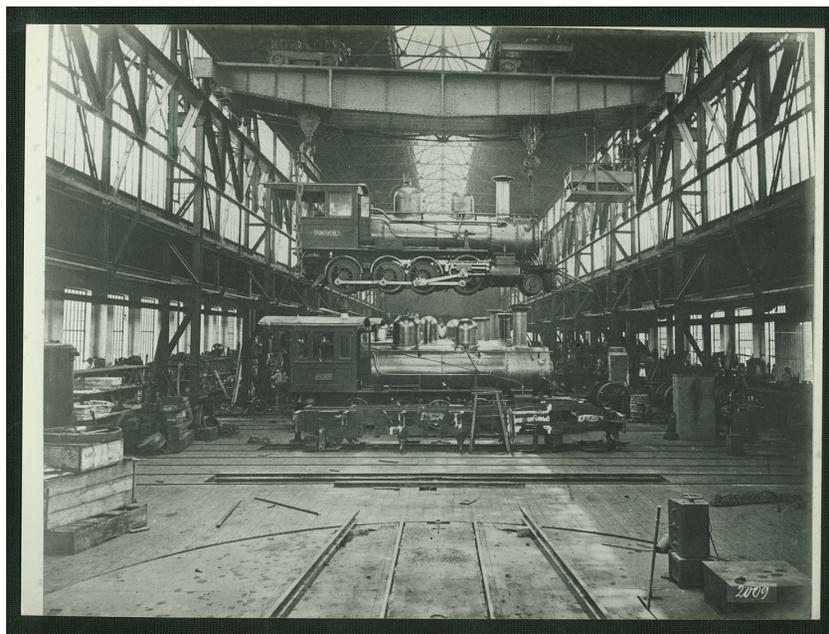
Legenda: Estação da Luz, c. 1907. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_055_001_067_001.jpg (Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Desembarque de imigrantes na estação ferroviária da Hospedaria de Imigrantes São Paulo, 1908. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_002_001.jpg
(Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Oficinas da Estrada de Ferro Mogiana, 1910. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_061_001.jpg
(Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Embarque de italianos para o Brasil, 1910. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_022_004_011_001.jpg (Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Casamento interracial de japonês com negra. Década de 1920. Norte do Estado do Paraná. Crédito: Museu da imigração / Museu Hist. da Imigração Japonesa. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_008_001_034_001.jpg (Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Interior da fábrica de louças. Crédito: Iconographia Economia/ Indústria, 1922. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_084_001.jpg
(Acesso em: 28 de fev. de 2013)



Legenda: Homens e mulheres imigrantes na colheita do café, 1930. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_043_002_030_001.jpg
(Acesso em: 28 de fev. de 2013)



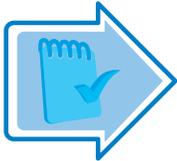
Legenda: Família japonesa na plantação de algodão. Década de 1930. Interior do Estado de São Paulo. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Disponível em: http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_008_001_046_001.jpg (Acesso em: 28 de fev. de 2013)

Aspectos pedagógicos

As fotografias deverão ser apresentadas e discutidas em sala de aula. O objetivo é que os alunos, a partir dos indicativos históricos compartilhados pelo professor, possam refletir sobre o processo migratório para o Brasil, as atividades comerciais e de trabalho desenvolvidas pelos imigrantes, as relações entre o campo e a cidade, de modo a perceber as nuances do processo de modernização e as relações interétnicas forjadas no processo definidor do Brasil como uma nação marcada pelo sincretismo e pela vigorosa formação multicultural.

Avaliação

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Abolição dos escravos: a linha do tempo	Questão do ENEM impressa	Resolução de questão de processos seletivos, mais precisamente do vestibular.	A turma não precisa ser dividida.	40 min

Aspectos pedagógicos

1ª etapa: Através desta atividade, o aluno poderá exercitar seu conhecimento sobre o tema.



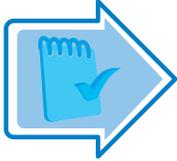
Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

- O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.
- O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.
- Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.
- Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.
- Ao abolir o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

Resposta: D

2ª etapa: solicitar aos alunos a elaboração de um texto que relacione a linha do tempo apresentada na questão do ENEM e o processo gradual de extinção da escravidão no Brasil. Essa atividade permite a sistematização e elaboração de um texto que sintetize as discussões feitas ao longo desta aula.

Avaliação

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	A Revolta da Vacina no vestibular	Distribuição de fotocópia ou projeção da questão.	Resolução de questão de processos seletivos, mais precisamente do vestibular.	A turma não precisa ser dividida	40 min

Aspectos operacionais

Leitura e escolha assertiva sobre a Revolta da Vacina.

Aspectos pedagógicos

(Fatec 98) Os textos a seguir se referem à Revolta da Vacina.

“

(...) enquanto a vacinação não for rigorosamente levada a cabo por ordem policial do mesmo modo que o batismo o é pela igreja, fica o país exposto ao perigo de repentinas e quase irresistíveis epidemias de varíola e ao despovoamento.

(Spix e Martuis, «Viagens pelo Brasil»)

”

“

As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus
culpado disso tudo
É o doutor Oswaldo Cruz”

(Versos de presos, coletados por João do Rio, no livro «A alma encantadora das ruas»).

”

A respeito da Revolta da Vacina afirma-se:

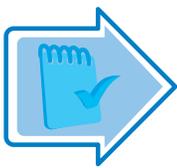
- I. Rodrigues Alves governou o Brasil na época do surto da borracha, que, junto com empréstimos externos, lhe propiciou dinheiro para investir no setor público, ambicionando transformar o Rio de Janeiro na sala de visitas do Brasil.
- II. A revolta da vacina teve três forças de sublevação: os jacobinos da liga contra a vacina obrigatória, os oficiais e os cadetes do exército e a massa popular propriamente dita.
- III. Utilizando como pretexto a Revolta da Vacina, as autoridades decidiram abrir caminho para a regeneração, degredando em massa os detentos mais pobres para a Amazônia. Grande número deles, aprisionados sem justificativa e degredados sem julgamento, morreram a bordo dos navios-prisão que os guardavam e conduziam.

Sobre as afirmações, deve-se dizer que

- a. apenas a I é correta.
- b. apenas a II e a III são corretas.
- c. apenas a I e a III são corretas.
- d. apenas a I e a II são corretas.
- e. todas estão corretas.

Gabarito: E

Avaliação

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Crise dos anos 1920	Projetor, <i>datashow</i> , textos impressos, quadro branco e pincel.	Conduzidos pelo professor, os alunos lerão trechos de diversos autores sobre as transformações urbanas, industriais, populacionais e culturais pelas quais o Brasil passa nos anos 1920 e montarão uma análise da conjuntura histórica da "Crise dos anos 1920".	Somente na elaboração dos textos finais, a turma deverá ser dividida em duplas.	80 min

Aspectos operacionais

Para que os alunos compreendam a relação entre os elementos que compõem a conjuntura histórica da Crise dos Anos 1920, é de fundamental importância que as informações e imagens sejam trabalhadas de forma cumulativa, demarcando-se os aspectos de ruptura/continuidade em relação ao “regime do café com leite”. Nesse sentido, o uso dos textos e das imagens deverá ser paralelo, a fim de proporcionar uma compreensão da totalidade articulada. Os alunos precisam dispor dos textos escritos, e a sala deve ter um projetor para dar acesso às imagens selecionadas.

1. Texto de problematização



A partir de 1922, o quadro começa a se modificar. Apesar de os presidentes Arthur Bernardes e Washington Luís pertencerem ainda ao esquema do “café com leite”, a **nova situação social que o país vivenciava** levou setores populares e de classe média a questionarem de forma mais viva o predomínio das oligarquias. É por essa razão que se diz que o período de 1922/1930 é o momento da “crise do regime”, crise essa que culminaria no movimento de 1930.” (FARIA, R. *História 3*. Belo Horizonte: Lê. 1993. p. 332)



De qual nova situação social o texto fala e por que ela conduz à superação do “regime do café com leite”?

2. Análise de Conjuntura Histórica

2.1. Texto



“A Grande Guerra de 1914-1918 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-1919, o que revela claramente a influência da guerra. Quanto ao caráter desta indústria recenseada em 1920, ela se conserva mais ou menos idêntica à de 1907, tanto no que diz respeito à sua dispersão como a distribuição percentual de produção. A modificação mais sensível será a transferência para o primeiro lugar das indústrias de alimentação, que passam de 26,77% da produção em 1907, para 40,2% em 1920. Isto se deve ao aparecimento de uma indústria que tomará durante a guerra grande vulto: a congelação de carnes.(...)”

Prado JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.



2.2. Texto



“Nas primeiras décadas do séc. XX, a indústria foi estimulada por alguns fatores positivos, como a disponibilidade de capitais e mão de obra, presença de um mercado relativamente concentrado, matéria-prima disponível e barata, capacidade geradora de energia, existência de sistema de transportes ligados aos portos e estímulo governamental. Quando a indústria de um determinado país torna-se rentável e amplia-se o mercado consumidor nacional, os capitais estrangeiros passam a se interessar pelo seu investimento em atividades produtivas. Esses capitais investem em setores a descoberta dessa indústria nacional, associando-se aos capitais nacionais ou competem com eles. No Brasil, a entrada de capitais estrangeiros nas atividades produtivas data da Primeira Guerra Mundial, com investimentos norte-americanos que substituíram os capitais britânicos, aplicados na infraestrutura e no setor terciário, até então hegemônicos no país.”

ANASTASIA, Carla. 500 anos de indústrias no Brasil. Revista de economia. *Jornal Estado de Minas*. BH, set. 2000.



2.3. Análise de dados estatísticos

Cidade	População em 1900	População em 1920
Rio de Janeiro	692 mil	1,158 milhão
São Paulo	240 mil	579 mil
Salvador	206 mil	283 mil
Porto Alegre	74 mil	179 mil

Estimativa baseada em dados disponíveis em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_06.pdf Acesso em 02/03/2013.

2.4. Texto



Com relação à sociedade, há diversos aspectos que merecem consideração. Inicialmente, o fato de que a escravidão findara em 1888, determinava agora as relações de trabalho assalariado. No entanto, os ex-escravos tiveram de enfrentar uma série de obstáculos para se imporem como cidadãos: o preconceito, o subemprego, a marginalização, o analfabetismo, a desqualificação profissional, a falta de acesso a terra e a miséria são alguns destes obstáculos. A imigração continuou a crescer, agora, inclusive, com novas perspectivas, já que o trabalho escravo não mais existia. Milhares de imigrantes europeus aportaram no Brasil, contribuindo decisivamente para mudanças sociais.

A classe dominante, pelo menos até 1930, continua a ser dos grandes latifundiários, notadamente os do setor cafeeiro. É importante notar, entretanto, que em função do surto industrial verificado com a 1ª Guerra Mundial, novos grupos se formaram ou se firmaram, como a burguesia industrial, em parte formada por imigrantes, e o proletariado urbano, composto por operários nacionais e estrangeiros (na sua maioria).

As condições de vida da classe operária eram as piores possíveis: longas jornadas de trabalho, baixos salários, inexistência de organização sindical, inexistência de leis trabalhistas, exploração desenfreada do tra-

balho infantil e feminino. As idéias trazidas pelos imigrantes encontrarão eco nesse grupo, principalmente o Anarquismo e o Anarco-sindicalismo. Somente depois da Revolução Russa é que o socialismo marxista encontrou mais condições de se propagar. Data de 1922, a criação do Partido Comunista Brasileiro e do fim da década de 1920 a criação do Bloco Operário Camponês (BOC).

A ação repressora do Estado oligárquico se fazia sentir com muita clareza. Em 1904, o governo baixou a Lei Adolfo Gordo, que permitia a expulsão do trabalhador estrangeiro e, em 1927, a Lei Celerada, que permitia a aplicação de penas aos acusados de delito ideológico.

A ação dos operários manifestou-se sobretudo através de greves, notadamente aquelas que, em 1917, sacudiram o país. No entanto, a insensibilidade dos governantes para com as reivindicações operárias era uma constante. No dizer do Presidente Washington Luís, a “questão operária era uma questão para a polícia resolver (...)” (Adaptado de FARIA, R. **História** 3. Belo Horizonte: Lê. 1993. P.334-335)

”

2.5. Texto

“

É neste ambiente de explosivas agitações que se enquadra o início do movimento tenentista. Antes mesmo de Arthur Bernardes tomar posse, o que ocorreria somente em novembro de 1922, jovens militares do Forte Copacabana saíram às ruas em protesto contra a república oligárquica. Este episódio dos Dezoito do Forte, ocorrido em 5 de julho de 1922, marcaria a primeira manifestação do tenentismo na vida nacional. Ao marchar pela praia de Copacabana, os 18 travaram combate com a tropa fiel do governo. Apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes escapariam com vida. Entretanto, a contestação tenentista marcaria o início da agonia da Primeira República. Ideologicamente o tenentismo não era homogêneo. Os tenentes propunham: nacionalização dos bancos estrangeiros, combate ao latifúndio, nacionalização das minas, voto secreto e moralização dos sistemas políticos.

QUEIROZ NETO, Adhemar. *História*. Belo Horizonte: Didática, 1980.

”

2.6. Texto

“

“(…) Na década de 20, o tenentismo é o centro mais importante de ataque ao predomínio da burguesia cafeeira, revelando traços específicos que não podem ser reduzidos simplesmente ao protesto das classes médias. Se a sua contestação tem um conteúdo moderado expresso em um tímido programa modernizador, a tática posta em prática é radical e altera as regras do jogo, com a tentativa aberta de assumir o poder pelo caminho das armas. Sob este aspecto, embora inicialmente isolado, o movimento tenentista está muito à frente de todas as oposições regionais, ao iniciar a luta em julho de 1922.

FAUSTO, B. A Revolução de 1930: historiografia e história. In: SILVA, F. *História do Brasil*. São Paulo: Modern, 1992.

”

2.7. Texto



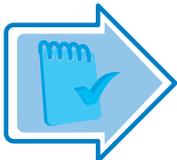
A 29 de janeiro de 1922, uma nota estampada no Correio Paulista anunciava a realização, entre 11 e 18 de fevereiro, de uma Semana de Arte no Teatro Municipal de São Paulo, com a participação de escritores, músicos, artistas e arquitetos de São Paulo e do Rio de Janeiro. De acordo com a notícia, a Semana, organizada por intelectuais das duas cidades (...) tinha por objetivo dar ao público de São Paulo a perfeita demonstração do que há, em nosso meio, em escultura, arquitetura, música e literatura sob o ponto de vista rigorosamente atual. (...) O objetivo da Semana era renovar o estagnado ambiente artístico e cultural de São Paulo e do país e descobrir o Brasil, repensando-o de modo a desvinculá-lo, esteticamente, das amarras que o prendiam à Europa". FARIA, R. *Construindo a História* – vol. 4. Belo Horizonte : Lê, 1987.



Aspectos pedagógicos

Através da exposição dialogada, o professor poderá apresentar a problematização inicial presente no texto 1. Em seguida, alternando o estudo dos textos e a análise das imagens, o professor oportunizará a compreensão dos diversos fatores que se conjugam para a superação do “regime do café com leite”, no Brasil dos anos 1920. Pode ajudar a utilização de marcações das frases e temas centrais de cada minitexto para facilitar a construção da síntese final sobre a Crise. Finalmente, em duplas, os alunos discutirão o tema e produzirão textos de síntese nos quais deverão agregar os diversos elementos da crise, na expectativa de explicar o problema inicial da aula.

Avaliação

Tipos de Atividades	Título da Atividade	Material Necessário	Descrição Sucinta	Divisão da Turma	Tempo Estimado
	Para a “ordem nacional”	Datashow ou giz e quadro-negro	Apresentação de trechos de documentos selecionados e identificação das ações da política centralizadora do Estado Novo.	Não é necessário dividir a turma	60 minutos

Aspectos operacionais

Exibição do texto abaixo:



Art. 2º: O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tem por fim: centralizar, orientar, coordenar e superintender a propaganda nacional; fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa; promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico”.

(Lei de criação do DIP, 27/12/1939)



O chefe do governo provisório decreta:

Art.1 – O governo provisório exercerá com amplos poderes as funções e atribuições, não só no poder Executivo, como também do Legislativo. Ficam suspensas as garantias constitucionais e excluídos de apreciação judicial os decretos e atos do governo provisório ou dos interventores federais.

(Getúlio Vargas, decreto de 11/11/1930)



Aspectos pedagógicos

O professor poderá exibir os trechos aos alunos e solicitar que sistematizem, em seus cadernos, suas apreensões mediante a seguinte questão:

– Nos dois trechos, que elementos podemos associar a uma política ditatorial?

Essa avaliação se justifica pela necessidade de sistematizar o debate e o posicionamento dos alunos em relação às questões levantadas na seção estudada.